

DEPOSITO LEGAL  
-0. DEZ. 1975



555

# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 16 (Nova Série) 5/11 de Novembro de 1975 Preço 4\$00



## VENCER!

### mas como?



A única saída revolucionária  
para a actual crise  
está na vitória da ofensiva popular,  
levada às suas últimas consequências  
- até á tomada do poder pelos trabalhadores,  
destruindo o Estado da burguesia,  
criando um poder novo,  
uma direcção política revolucionária  
para toda a sociedade

# SUV · COMÍCIO · ANGOLA · FUR TÊXTEIS · REFORMA AGRÁRIA

# SUV: não às manobras militares não ao golpe camuflado

Para os dias 7, 8 e 9 de Novembro estão programadas manobras militares a nível Nacional com a participação dos três ramos das Forças Armadas.

De acordo com o plano, as tropas serão concentradas no Norte do País enquanto o «inimigo» é localizado no Sul (?).

Este facto é só por si uma grave provocação às forças progressistas e revolucionárias.

No momento em que o imperialismo tenta por todos os meios impedir a independência de Angola; e no momento em que aumenta a actividade e organização fascistas com a cumplicidade dos sectores militares (em Braga os fascistas do ELP e MDLP reunidos com os dois ex-oficiais não foram presos!!!); no momento em que aumenta a tensão nos quartéis, fruto da repressão e dos saneamentos à esquerda; no momento em que aumenta o domínio da direita e da reacção sobre os aparelhos militares e de Estado, que interesses podem servir as manobras militares?

Então realizam manobras militares depois de passarem à disponibilidade forçada, milhares e milhares de soldados e milicianos que fizeram o 25 de Abril, e coincidindo com o regresso de Angola de soldados comandados, em geral, por oficiais reaccionários?

Não serão suspeitas manobras militares no momento em que apressam a formação do AMI, reforçam o armamento da GNR e da PSP e intensificam o treino de choque a estas forças?

Que objectivos podem ter estas manobras militares se são preparadas por reaccionários como o major Aranha encarregado de as organizar na Região Militar do Centro, e que foi saneado de Chefe do Estado Maior desta Região Militar após o 28 de Setembro?

Então dizem-nos que não há dinheiro para aumentar o nosso pré e que a nossa economia está no caos e gastam milhares de contos em manobras militares para atacar o «inimigo» no Sul?

**CAMARADAS:**

Que pretendem com isto os reaccionários? Esmagar a força revolucionária das massas trabalhadoras do Sul?

**ALERTA CAMARADAS!**

Os militares reaccionários já compreenderam que não podem servir-se de nós para os seus planos golpistas!

**POR ISSO ELES PODEM DEITAR MÃO DE MANOBRAS MILITARES COMO CAPA PARA UM GOLPE FASCISTA!**

Exijam a sua discussão imediata em todas as Unidades Militares!

Recusemos participar em manobras contra-revolucionárias!

**PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA!  
SOLDADOS SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!**

Secretariado do SUV Norte

Secretariado do SUV Centro

Secretariado do SUV Lisboa

# EM FRENTE PELAS COMISSÕES DE SOLDADOS!



## na rua em apoio ao RASP/CICAP

Convocada pela Comissão de Luta do CICAP/RASP e com o apoio dos SUV (Soldados Unidos Vencerão) e FUR, realizou-se no Porto no passado dia 29 de Outubro uma grandiosa manifestação.

Porquê esta manifestação?

O brigadeiro Pires Veloso não acatou as ordens do general Carlos Fabião, continuando a sua política de colocar de licença registada os militares que estiveram na luta do RASP.

As manobras provocatórias dos comandantes reaccionários com o brigadeiro Pires Veloso à cabeça colpeando as forças que lhe são fiéis em pontos estratégicos da cidade no dia em que estava marcado o ple-

nário provocou uma certa desmobilização nas massas populares. A recusa da realização do plenário dentro do RASP por parte do comandante, intimidando os soldados que recorreria às forças que estavam no Monte da Virgem (RIP BAAF — LEIXÕES E RCP) se os portões fossem abertos, foi largamente combatida pelos militares da unidade.

Como não havia condições para a realização do plenário dentro do RASP, o mesmo foi efectuado à porta de armas mas com um reduzido número de soldados devido aos quartéis se encontrarem de prevenção. Foi aprovada a realização da manifestação como prova de repúdio e protesto a todas estas

manobras reaccionárias.

A manifestação, com a participação de várias centenas de soldados e muitos milhares de trabalhadores que sempre têm estado do nosso lado, passou sucessivamente pelo O. G., CICAP onde os portões se encontravam encerrados e terminou com a realização de um comício nas escadarias do Palácio da Justiça.

Foram lidas várias moções de apoio de comissões de trabalhadores e moradores e de muitas unidades militares de vários pontos do País.

Um elemento da Comissão de Luta do CICAP/RASP leu um comunicado em que informava a extinção da mesma, pois nesta altura é impor-

tante que a luta passe para dentro dos quartéis.

Por isso, é importante que se criem as comissões de soldados, os comités SUV, para que os soldados devidamente organizados possam estar preparados para combater os comandantes, oficiais e sargentos reaccionários.

Só com estas organizações e a respectiva articulação com os órgãos de poder popular, a nível nacional, será possível levar à vitória a ofensiva popular!

**REACCIÓNARIOS FORA DOS QUARTÉIS, JÁ!  
EM FRENTE PELAS COMISSÕES DE SOLDADOS!  
EM FRENTE PELA FORMAÇÃO DOS COMITÉS DE APOIO À LUTA DO CICAP/RASP!**

## OS SUV NO ENTROCAMENTO

Realizou-se na passada 4.ª feira 29, no Entrocamento uma grande manifestação convocada pelo Secretariado dos SUV da Região Militar do Centro.

Milhares de operários, camponeses e soldados (do Exército e da Força Aérea) percorreram as ruas do Entrocamento numa demonstração de Unidade e força dos explorados e oprimidos fardados e não fardados.

«Abaixo a Polícia de Choque — Morte ao AMI» «Reaccionários fora dos quartéis já!» e «Soldados sempre, sempre ao lado do povo» foram as palavras de ordem mais gritadas por milhares e milhares de gargantas.

Algumas horas antes da manifestação, a burguesia local e os seus partidos faziam manobras desesperadas tentando sabotar a realização. Foi assim que foram distribuídos pelo PPD e pelo PS comunicados provocatórios e cheios de calúnias, que no entanto não evitaram o êxito desta jornada de luta.



## as forças de classe alinham-se !

Vivemos um momento em que as forças antagónicas se alinham claramente para um afrontamento que poderá ser decisivo.

O VI Governo vai tentando pôr em prática o plano da burguesia de controlo sobre aparelhos de propaganda e repressão que lhes sirvam os interesses de classe exploradora.

Assim não admira que um reaccionário seja ministro da Comunicação ou que seja secretário de Estado um fascista ligado ao C.D.I. E o malogro da ofensiva P.S./M.R.P.P. no «Século» é um sério golpe no plano ministerial de «reestruturação da Imprensa nacionalizada»...

Nas F.A. a ofensiva visa a destruição de um exército que já mostrou estar sempre ao lado do povo, e sua substituição por um corpo de mercenários que obedeça cegamente e imponha aos trabalhadores a disciplina dos patrões. Os saneamentos à esquerda, o licenciamento de milhares de soldados milicianos, o projecto A.M.I., o reforço do armamento das forças profissionais (G.N.R., P.S.P.) tudo isto se integra neste projecto. As actividades na Força Aérea e as manobras programadas para os três ramos das F.A. a 7, 8 e 9 denunciadas pelo Comité de Vigilância Revolucionária das F.A. e pelos S.U.V. são factos que exigem a mais firme vigilância por parte das forças revolucionárias.

Pensarão os Pinochets portugueses que a situação está já madura para os seus desfechos? Os interesses dos seus patrões americanos sobre Angola obrigá-los-ão a tentar resolver a situação até 11 de Novembro?

E quanto à forma de responder aos golpes da burguesia que se põem algumas questões fundamentais neste momento, que distingam os revolucionários de todos os reformistas e conciliadores. Assim:

Devem os soldados limitar-se a apoiar os oficiais que se mostrem mais progressistas, ou deverão organizar-se autonomamente e tomar a vanguarda da luta, imprimindo-lhe objectivos marcadamente de classe?

Deverão as massas trabalhadoras manter-se afastadas dos centros de decisão, acorrendo a apoiar, quando chamadas, ou deverão antes fortalecer e coordenar a sua organização e ligar-se aos soldados, de modo a puderem decidir por si quando e onde devem intervir, dispondo dos meios necessários para o fazer?

Deverá a base de apoio ao poder a constituir resultar da conciliação com a burguesia e da chamada do P.S. ao Governo, ou deverá antes agrupar-se no combate frontal e generalizado ao VI Governo e à sua política reaccionária, à volta de um programa revolucionário que abra campo ao mais amplo desenvolvimento da organização dos trabalhadores fardados ou de fato macaco e resolva as necessidades mais prementes (desemprego e reorganização da produção), ao mesmo tempo que garanta a independência nacional e o controlo do povo trabalhador sobre toda a economia?

As movimentações promovidas pelos S.U.V., os processos do CICAP e da B.A.11 de Beja, as movimentações populares que se têm oposto à escalada reaccionária, demonstram que a ofensiva popular, única alternativa revolucionária, está na ordem do dia.

Os importantes avanços organizativos conseguidos nos últimos tempos (estrutura inter-ADUS, criação de comissões de soldados que começam já a coordenar a sua acção, intercomissões de trabalhadores, comités de luta, assembleias populares) põem as condições para que no momento decisivo a classe operária, as massas trabalhadoras, os soldados e marinheiros tenham instrumentos que lhes permitam, no momento decisivo dirigir a luta, traçar-lhe os objectivos e levá-la às últimas consequências.

## SÕ HÁ UM CAMINHO !

Na situação presente, em que se completa o alinhamento de classes para o confronto decisivo, não há mais do que 3 saídas possíveis para a crise política na sua nova fase.

Essas 3 saídas possíveis são:

O esmagamento pela violência contra-revolucionária, pelo golpe fascista, da ofensiva popular em curso, das forças revolucionárias e populares. Esse é o anseio histórico de todos os dirigentes burgueses, como bem o demonstra o seu chefe de fila Sá Carneiro, lambe botas itinerante dos oficiais fascistas que presenteia com moções, «slogans» e diatribes contra a «SUVietização» do País, de apoio aos comandos reaccionários apelando descaradamente ao esmagamento das forças populares dentro e fora das Forças Armadas. **A poderosa organização popular, reforçada agora com a organização de classe dos soldados e marinheiros é o único dique seguro que impede a burguesia de tomar de imediato a iniciativa golpista.** Está assim forçada a jogar ainda a cartada social-democrata apoiando um 1.º-ministro cuja incapacidade política recorda o outro almirante que o 25 de Abril apeou do poder, tentando inutilmente convencer as massas populares de que é preciso é deixarem governar os governantes. Procuram tão somente ganhar tempo para atacar a organização popular nos quartéis que esperam liquidar com o licenciamento de milhares de militares e a constituição de forças de choque profissionalizadas, instrumento indispensável para a viabilidade da sua tática sediciosa.

A segunda saída para a crise é a de conciliação de classes numa plataforma mais avançada do que aquela esboçada com o Governo de V. Gonçalves. Tal é o significado dos objectivos propostos ao movimento popular com a «reconstrução» de um M. F. A. progressista, a recomposição da chamada aliança POVO/MFA. Na prática isso passaria pela recriação de uma direcção política **pequena burguesa** para o processo, desarmando o movimento popular para pôr a reboque do oficialato progressista. Essa é a saída porque lutam os reformistas.

Essa é a saída que lhes poderia fornecer a reconquista dos lugares perdidos no aparelho de Estado, arredando do poder o PPD e procurando arrastar o PS para um compromisso historicamente inviável, quando muito capaz de adiar no tempo a iniciativa golpista da contra-revolução. PORQUÊ? Porque essa plataforma conciliatória deixaria **intocados os fundamentos do aparelho de Estado burguês**, limitando-se à recuperação das suas cúpulas. Seria a reedição das situações anteriores à formação do VI Governo, mas numa situação nova em que a agudeza das contradições a todos os níveis da sociedade não comporta compassos de espera nem políticas de meias tintas.

Esta saída para a crise, mais aparente do que real, imporá, além da neutralização da direita, a liquidação das forças revolucionárias, cuja capacidade dirigente na luta de massas só passa despercebida a um ou outro articulista do «Diário de Notícias» ou aos observadores astutos de «O Jornal».

A terceira saída da crise actual é a saída revolucionária. **É o caminho vitorioso da ofensiva popular levada até às últimas consequências:** até à tomada do poder pelos trabalhadores, destruindo o Estado da burguesia, criando um poder novo, uma nova direcção política revolucionária para toda a sociedade.

Esse é o caminho que os revolucionários apontam à classe operária, às massas exploradas.

Esse caminho passa pelo armamento dos trabalhadores, isto é, nas condições concretas do nosso país, o armamento dos órgãos de poder popular. Juntar a força das armas à vontade organizada do povo é dotar o poder popular da capacidade

de esmagar os seus inimigos e de assegurar a passagem do poder de Estado para as suas mãos.

Esse caminho passa pelo reforço do Poder Popular, avançando rapidamente para a ligação permanente entre as Comissões de Trabalhadores, de Moradores, os Conselhos de Aldeia e as Comissões de Soldados, na condução da ofensiva popular.

**Esse caminho passa pela consolidação definitiva da direcção política revolucionária alternativa à reformista, de que os SUV e a FUR são passos decisivos pois contam com a confiança dos operários de vanguarda, das camadas mais conscientes do bloco revolucionário.**

Hoje, a tática reformista não ilude já esses sectores. A capacidade dirigente da esquerda revolucionária em Portugal é uma conquista histórica que abre novas perspectivas ao movimento operário internacional e a sua afirmação progressiva dará um contributo fundamental à superação do impasse reformista das últimas décadas da história do Movimento Comunista Internacional. Ignorá-lo seria uma miopia imperdoável.

Os militares revolucionários não podem correr esse risco. As responsabilidades adquiridas pela esquerda revolucionária exigem prodígios de empenhamento e de determinação militante. Por isso, os militantes comunistas do MES têm responsabilidades próprias muito grandes como agitadores, como propagandistas e organizadores do movimento popular.

Na Assembleia Nacional de Militantes que o MES realizou no último fim-de-semana foram estes justamente os temas mais debatidos. A superação correcta das nossas insuficiências organizativas para o cumprimento total das tarefas do movimento foi o objectivo número um desta assembleia de militantes. O reforço de unidade e coesão partidárias que a assembleia consagrou é a condição fundamental para que esse objectivo seja cabalmente cumprido. O II Congresso do MES consagrará definitivamente os passos dados nesse sentido.

Até lá, os militantes comunistas do MES reforçando a organização partidária, para melhor servir o avanço da ofensiva popular, trabalharão incansável e abnegadamente, não poupando energias, chamando à luta os homens e mulheres trabalhadores do nosso país que, como um só, se erguerão para despedaçar de vez os grilhões da opressão e da exploração e construir a nova sociedade socialista. **AVANTE PELA VITÓRIA DA OFENSIVA POPULAR! VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

ASSINATURA

# Poder Popular

6 meses 100\$00  12 meses 200\$00   
 apoio 400\$00   
 estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Localidade \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_  
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção  
 Av. D. Carlos I - 128, Lisboa  
 telefone 66 26 83

Composição e impressão  
 Renascença Gráfica SARL  
 Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

# OS TÊXTEIS EM LUTA

## MONDOREL e SANTIX

A Mondorel é uma fábrica de lanifícios com 650 trabalhadores. A Santix é uma fábrica de vestuário com 400 trabalhadores. 40 por cento do tecido produzido na Mondorel é adquirido pela Santix. Ficam ambas em Coimbra e o patrão é o mesmo — o fascista Eládio Alvarez.

No «Poder Popular» de 25 de Setembro já contámos como os operários da Mondorel, partindo duma reivindicação tipo sindical — pagamento dos salários pela tabela de contrato colectivo — rapidamente se aperceberam que a sua luta contra a fome, implicava o combate à irracionalidade capitalista e ao poder do patrão. Criaram então, no âmbito das suas organizações dentro da fábrica, uma comissão de controlo e fiscalização formada por camaradas já pertencentes à Comissão de trabalhadores e à comissão sindical e chamando outros trabalhadores do escritório que aderiram à palavra de ordem do controlo operário.

Ao longo de mais um mês de luta, sem parar a produção, os operários e outros trabalhadores da Mondorel têm demonstrado, na prática, uma unidade e uma força invencível contra todas as manobras. O explorador Eládio foi obrigado a assinar um compromisso pelo pagamento dos salários. Chegada a altura de pagar, negou-se. Perante a pressão acabou por pagar.

No pagamento da última quinzena os operários colocaram-se à porta da fábrica e não deixaram o Eládio sair — a não ser que fosse por cima dos seus cadáveres. E pagou novamente.

Entretanto a social-democracia veio em socorro deste autêntico carasco dos trabalhadores.

Aparece na fábrica um comunicado assinado por um «núcleo PS» que até hoje ainda não se dignou desmascarar perante os colegas. Esta manobra foi logo aproveitada pela delegação distri-

tal do PS, em linguagem digna de Salazar e Marcelo, para lançar calúnias sobre a luta dos operários da Mondorel, dizendo que a fábrica estava em ruínas por sua causa, quando a verdade é que foi o Eládio que a conduziu à situação de ter 70 mil contos de dívidas.

Para responder às calúnias os trabalhadores intensificaram o controlo sobre a empresa, descobrindo as relações de favor entre a Mondorel e a Santix, a existência de máquinas novas paradas no valor de mais de 20 mil contos e ainda o facto do Eládio aceitar encomendas que excedem em grande medida a capacidade da fábrica, pelo que há grandes atrasos nas entregas não obstante o esforço dos operários.

Assim, como 1.ª medida de controlo, decidiram não aceitar encomendas para Novembro e Dezembro a fim de planejar correctamente a produção.

O curioso é que o odioso ataque do PS motivou que vários trabalhadores simpatizantes daquele partido o repudiassem já que eles próprios faziam parte das comissões de trabalhadores e de controlo.

Na própria delegação do PS em Coimbra surgiram divergências pois um dirigente sindical da região que é do PS esteve ligado à luta e foi ao partido pedir explicações. Eis aqui uma prova prática que desmascara as cúpulas do PS e que faz ver aos operários ainda enganados que fazem parte daquele partido, a verdadeira natureza dos interesses que o PS defende. Veio a saber-se que o «tal núcleo PS da Mondorel» era constituído por 3 empregados superiores, os mais descarados lacaios do patrão!

Momentaneamente derrotada na Mondorel, a reacção ataca pela Santix.

Na Santix existe uma falsa comissão de trabalhadores feita pelo patrão com meia dúzia de lacaios, todos com chrodos ordenados de mais

de 20 contos. É que o Eládio como explorador esperto que é, quando se decidiu a montar uma fábrica de Vestuário em Coimbra que iria arruinar os grandes alfaiates da cidade, contratou-os um a um, com grandes ordenados para a Santix. Hoje funcionam como a sua tropa de choque aterrorizando os operários (quase todos mulheres).

Assim essa dita comissão de trabalhadores fez sair um comunicado quase copiado do núcleo PS da Mondorel e tentou dividir os trabalhadores dizendo que os da Mondorel iam invadir os da Santix, etc...

As operárias que até lá tinham andado oprimidas reagiram e foram ao sindicato pedir ajuda. Como 1.º passo fizeram sair um comunicado em que desmascaram a falsa comissão de trabalhadores, e que apelam para a solidariedade de todos os explorados da região.

Actualmente decorre um trabalho de unidade entre os operários da Mondorel e da Santix.

A luta tem sido dura — e vai continuar! Passo a passo, porém, forja-se a unidade que vai conduzir à derrota definitiva do fascista Eládio e seus lacaios!

Certos como estão de que a luta é de vida ou de morte, a comissão de controlo trata de preaver-se contra o boicote que o Eládio começa a desencadear e assim conseguiu arranjar 10 encomendas junto de uma delegação comercial estrangeira. Trata-se de, na prática, retirar armas ao inimigo. Trata-se, afinal, de construir o poder operário nas fábricas.

Apenas como nota final diga-se que se realizou em Coimbra um curso de controlo operário e que a luta destes camaradas constitui um exemplo prático dos diversos temas discutidos — controlo operário, poder popular, sociedade socialista, etc., funcionando a troca de experiências como uma autêntica escola de operários!



## ORIENTAL

**Empresa da Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental, em Xabregas e Valongo.** 500 operários ameaçados pelo desemprego. O caos capitalista, mais uma vez, a provocar a miséria e a fome.

O caso da Oriental não é diferente de milhares de outros. Trata-se de uma empresa portuguesa que funciona já há muitos anos e na qual em 1974, pouco antes do 25 de Abril, o patrão tentou ensaiar um fecho da fábrica em Xabregas, para a passar toda para o Porto (Valongo). A desculpa era que no Norte é que havia trabalhadores especializados. A realidade seria provavelmente os mais baixos salários que na altura se pagavam em algumas fábricas do Norte.

Entretanto vem o 25 de Abril e os operários opõem-se ao fecho da fábrica em Xabregas. Passa então a funcionar a parte de tecelagem no Porto e a parte de fiação em Lisboa.

Todo o sector têxtil está em crise e na Oriental não foge à regra. Os custos de produção são superiores ao preço porque é vendido o produto e o patrão vai amontoando as dívidas. Assim, chegamos a Outubro de 1975, com esta «maravilhosa» situação:

— milhares de contos

de dívidas aos bancos

— operários que recebem salários, pelos antigos Contratos Colectivos de Trabalho

— operários que não recebem subsídios, já há muito tempo

— máquinas que precisam de renovação urgente

O único ponto favorável a contrapor a esta situação é que, na Oriental, não há falta de encomendas. Enquanto em muitas fábricas têxteis, os «stocks» amontoam-se até ao tecto, na Oriental, não há um metro de tecido para venda.

Entretanto, por motivos que não vale a pena explicar aqui, falha uma remessa de matéria-prima para laboração. Os operários tiveram de parar por falta de matéria-prima e, pior que isso viram seriamente comprometidos os pagamentos de salários do mês de Outubro.

É claro que, para o patrão da Oriental, a solução mais fácil seria o rápido encerramento da empresa. **Mais uma vez, os trabalhadores iam pagar a crise que não provocaram.** Crise, que já pôs em Portugal 300 mil camaradas no desemprego. Crise, provocada pelo sistema capitalista, que tem o seu fundamento na exploração e repressão dos trabalha-

dores.

Contudo, mais uma vez também, os trabalhadores afirmaram o seu poder. Na Oriental, face à falta de matéria-prima, os trabalhadores conseguiram descobrir onde é que podiam arranjar e conseguiram, dos bancos, o aval bancário para a poderem levantar e trabalhá-la. Deste modo, ficaram garantidos os salários para os próximos meses.

No entanto, camaradas, qualquer das soluções que cada um de nós, no sítio onde trabalhe consiga arranjar, para resolver este ou aquele problema provocado pelo caos e anarquia do sistema capitalista, será sempre uma solução de remedeio.

Remedeio, porque ao desemprego, à fome, à miséria, aos ritmos extenuantes de trabalho, à estupidificação a que nos leva o nosso trabalho mecânico, sempre igual, só há uma resposta coerente e radical: a Revolução Socialista. Só quando nós todos, operários, camponeses, soldados, marinheiros, e demais trabalhadores progressistas, de armas na mão, varrermos para sempre, da nossa terra, a exploração capitalista, é que casos como a Oriental não mais se repetirão!

## LINDA-A-VELHA:

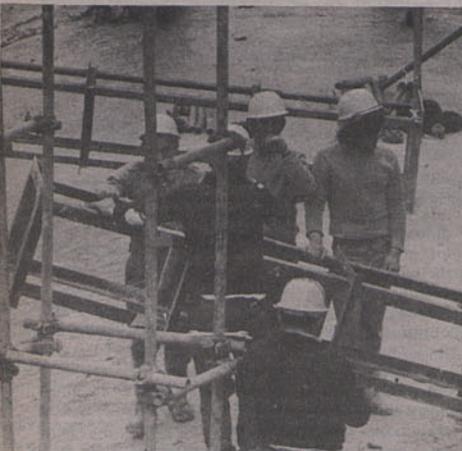
## Os trabalhadores da construção civil dizem não aos DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores da construção civil que sempre ganharam salários de fome, que sempre viveram miseravelmente em barracas ou amontoados em partes de casa, que sempre construíram casas — para a burguesia! e que são um dos sectores mais afectados pelo desemprego, começam a erguer-se contra a exploração de que são vítimas e contra as arbitrariedades dos patrões. Estes trabalhadores começam a compreender que a luta contra os despedimentos é parte integrante da luta pelo socialismo.

Em Linda-a-Velha, os trabalhadores da SO-COPOL (Soc. Portuguesa de Construções, Lda.) da obra TOFA, na sua esmagadora maioria não são permanentes, isto é, quando o patrão já não necessitar de explorar mais, RUA! E foi isto que a administração quis fazer a 5 trabalhadores; porém, «o tiro saiu-lhe pela culatra»! Nem estes 5 assinaram o documento de aviso (que é necessário 1 semana antes de serem despedidos), nem nenhum outro camarada se prestou a servir de testemunha em como esses trabalhadores tinham sido avisados!

Entretanto, foi realizado um plenário em que os trabalhadores decidem NÃO AOS DESPEDI-MENTOS!, e que se necessário recorrer-se-á à greve para mostrar à administração que ali ninguém seria despedido e lançado no desemprego!

A principal conclusão a tirar desta luta é a grande prova de solidariedade que os trabalhadores mostram ao recusarem incondicionalmente os despedimentos, ao lado dos seus 5 camaradas.



Porém, a luta não pode parar; há que lutar contra as leis fascistas do trabalho, contra o chamado «contrato de trabalho a prazo incerto», pois se hoje são 5 em perigo de desemprego, amanhã poderão ser todos os outros. Há que prosseguir na luta por um contrato que assegure trabalho permanente e pela verticalização do sindicato da construção civil.

Esta luta vitoriosa passou-se em Linda-a-Velha, mas a SOCOPO não existe só neste local. Por isso há que desenvolver contactos com as outras obras a estudar formas de luta que impeçam as manobras fascistas dos senhores da construção civil que sempre exigiram muita força e em troca dão salários de fome.

**Em frente pela verticalização do Sindicato!  
Não aos despedimentos!  
Não aos salários de fome!  
Em frente pelo socialismo!**

# TAREFAS REVOLUCIONÁRIAS NOS QUARTÉIS

## Intervenção dum camarada soldado no comício de Lisboa

Camaradas:

Eu sou um soldado que, como muitos outros, estou a passar licença registada. Daqui até Dezembro são perto de 27 000 militares, trabalhadores fardados, que vão sair da tropa.

O que é que isso significa? Que consequências é que isso vai ter para o processo revolucionário?

Parece-me a mim e a muitos camaradas que a razão porque nos mandam embora é só uma: é que estes 27 000 homens são os que fizeram o 25 de Abril, o 28 de Setembro e o 11 de Março! Isto é, são homens que já deram provas que estão dispostos a não deixar o processo revolucionário regressar para trás.

É isso que a maioria dos srs do Conselho da Revolução, do grupo dos nove, etc., como o cap. Sousa e Castro, Melo Antunes, Crespo, etc., e todos os sociais-democratas estão objectivamente a fazer:



é criar as condições para regressarmos ao fascismo.

Camaradas:

É a existência deste largo número de soldados, operários e camponeses fardados, que faz que o Exército português tenha tido o papel que tem, e que faz com que seja tão evidente hoje a unidade entre os soldados e os trabalhadores das fábricas e dos campos. Se o nosso Exército fosse um Exército de profissionais, teria sido muito mais difícil essa aliança. E o que teríamos era um Exército obediente às ordens dos chefes militaristas como o velho Exército colonial sem a gente perguntar se eles eram ou não revolucionários, se estavam ou não interessados em fazer andar o processo, para que seriam as ordens que nos davam. **No Exército éramos habituados a obedecer aos graduados para depois nas fábricas continuarmos a obedecer aos encarregados, gerentes e capitalistas.**

Camaradas:

Como os reacçãoários sentiram que não tinham confiança em nós, só lhes restava a solução do exército mercenário: o AMI do brigadeiro Emídio.

E o que é que nos fazem a nós? Mandam-nos embora! E dizem que não nos podem pagar os transportes e dar melhor alimentação e alojamento! Mas já há perto de seis centos por mês para cada mercenário que se se oferece para o AMI. E vejamos quem são os chefes: o Jaime Neves aqui, o Saraiva no quartel de Lamego, e outros que tais.

Portanto temos que exigir ficar na tropa ou que pudermos, dizer não aos licenciamentos e morte ao AMI!

Camaradas trabalhadores: nós os soldados não dispensamos o vosso apoio. Foi a vossa acção que permitiu algumas vitórias até agora conseguidas, na BA 11 de Beja, no RI de Aveiro, no RI de Viana do Castelo, no RASP, etc.

Mas também podeis estar certos que, como já muitas vezes ficou provado, **os soldados estão sempre, sempre ao lado do povo!**

Para que isso possa acontecer, para que as unidades militares defendam os interesses das classes trabalhadoras, é necessário que nós, trabalhadores fardados, nos organizemos, que criemos os nossos órgãos autónomos de classe: as **comissões de Poder Popular**

soldados.

Podem perguntar: mas então as ADU'S já não servem? Não, camaradas. Com poucas excepções, as ADU'S mostraram ser órgãos interclassistas, órgãos de conciliação de classes onde facilmente a presença de oficiais e comandos reacçãoários só servia para nos manobrar. **Por isso camaradas, temos que criar órgãos que representem os nossos interesses de classe e que sejam só nós a controlar.** Mas, camaradas, neste momento ainda não existem estas estruturas internas em todas as unidades do País, para isso é necessário o esforço de todos os verdadeiros revolucionários para que isto seja possível.

No entanto estas estruturas legais não bastam, é necessário a interligação a todas as unidades do País. Sigamos o exemplo dos camaradas do Norte que, para conseguirem avançar com a organi-

zação tiveram que criar uma estrutura clandestina: os SUV.

É triste que hoje ainda se trabalhe na clandestinidade. E porquê? Os oficiais e sargentos reacçãoários funcionam em moldes da antiga Pide, entregando relatórios e denunciando as actividades dos camaradas mais progressistas. Com os SUV, vanguarda dos militares progressistas e revolucionários, lutando pelo aumento de pré, transportes gratuitos, reintegração dos camaradas saneados, contra o R. D. M. fascista e a disciplina militarista, conseguiram um grande apoio das massas populares. E porquê?

Camaradas, nós como eles também somos explorados e por isso a nossa luta é comum, é a luta dos explorados contra os exploradores:

Operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos!

Nós os trabalhadores fardados em verdadeira unidade com as massas trabalhadoras, fizemos estremecer a burguesia com a ocupação do RASP, apesar do ataque dessa corja dos P.P.D. com a ajuda dos fascistas dos cap.s Rocha e Trigo colocando as suas forças para reprimir as massas que sempre nos apiaram.

Camaradas:

Isto é o verdadeiro exemplo de que os soldados ao lado das massas trabalhadoras não admitem as afrontações dos fascistas.

Os SUV estenderam-se a quase todo o País mostrando que os soldados quando organizados são uma grande ameaça para a burguesia.

Não devemos admitir mais nenhum 11 de Março, para isso os soldados não disparam contra soldados.

É urgente separar os nossos inimigos e estar-mos prontos para que quando necessário os possamos bater.

Só assim, camaradas, em estreita ligação com os verdadeiros órgãos de poder popular, CT, CM, Cons. de Aldeia, poderemos caminhar para a vitória de todos os explorados.

Pela Revolução Socialista!

Soldados sempre ao lado do povo!

Por um Exército Popular Revolucionário!



CAMARADAS:

A palavra de ordem que o M. E. S. apresenta à classe operária e a todos os trabalhadores de Portugal, «levar a ofensiva popular à vitória», é uma palavra de ordem justa.

Na actual fase do processo revolucionário o avanço do poder popular, as conquistas das massas e mesmo a resolução dos seus problemas mais imediatos, não podem ser resolvidos se não for colocada a questão central para o processo revolucionário que é a questão do poder de Estado, que é a questão de quem manda e ordena na sociedade.

O avanço e a organização da luta dos trabalhadores (empurrando os patrões e todos os exploradores para o seu devido lugar), organizados no interior das fábricas, nos campos, nos quartéis, nos bairros e em todo o lado, o seu poder, cria já condições para que o objectivo da tomada do poder de Estado não seja um objectivo para afirmar apenas em comícios e manifestações, mas seja um objectivo que norteie desde já toda a mobilização e todo o esforço que hoje em Portugal é necessário levar por diante para derrotar a burguesia e levar a classe operária e os trabalhadores à vitória.

#### UMA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Existe hoje no nosso país e na nossa sociedade aquilo que mais aterroriza a burguesia, que é a semente da sociedade nova e do poder novo, que é o Poder Popular, semente do poder democrático do proletariado, única garantia da sociedade socialista que conduz à sociedade sem classes, ao comunismo. É esta semente apontada aos exploradores que suscita a ofensiva reaccionária da burguesia e alimenta, por outro lado, a ampla resposta de massas que nos coloca hoje perante uma situação revolucionária.

Situação revolucionária que se apoia em três condições fundamentais:

A primeira é que a burguesia não tem ao seu dispor um aparelho repressivo eficaz. Com o seu aparelho repressivo esfrangalhado, a burguesia depara pela frente com a unidade dos soldados com os seus irmãos de classe, os operários, os trabalhadores rurais e todo o povo trabalhador. Neste momento é a esquerda, ou seja as forças progressistas e todos os trabalhadores, fardados ou não, que querem firmemente a sociedade socialista, que têm na sua mão parcela muito importante da força das armas; é por isso que a burguesia neste momento ataca desesperadamente os trabalhadores nas suas conquistas e organizações revolucionárias como o Movimento de Esquerda Socialista.

A 2.ª condição é que existe um poderoso movimento de massas. Não há dia que passe sem que as massas façam sentir o seu poder, a sua vontade, a sua luta, não há dia que passe sem manifestações de luta, sem uma crescente organização do Poder Popular, sem um efectivo avanço do poder dos explorados e oprimidos e da sua determinação em fazer a revolução socialista.

A 3.ª condição, e não menos importante, é a de que os problemas mais imediatos não podem ser resolvidos sem a tomada do Poder: o desemprego, a subida do custo de vida, a satisfação das necessidades mais fundamentais não podem ser resolvidos pelo Governo da burguesia, não podem ser resolvidos por um Governo do reformismo com a social-democracia, não podem ser resolvidos pelo oficialato.

Nesta fase não há outra saída senão organizar todas as forças para levar a ofensiva popular à vitória, para levar os trabalhadores ao Poder e para fazer a revolução socialista.

É por isso, camaradas, que os revolucionários não hesitam e não ficam em casa a meditar na revolução. Os revolucionários avançam na revolução e é assim que o nosso Movimento neste momento empenha todas as forças em contribuir para a organização do Estado-Maior da classe operária, dos explorados e oprimidos, em contribuir para que o exército da classe dos explorados possa triunfar sobre a burguesia.

# LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA!

## A OFENSIVA REACCIÓNÁRIA DA BURGUESIA

A ofensiva reaccionária da burguesia produziu já dois efeitos fundamentais sobre os quais não pode haver dúvida:

O 1.º foi a morte, na reunião de Tanços, do M. F. A. como força progressista.

O 2.º foi a ocupação das cúpulas do poder político-militar pelas forças de direita, com a constituição do VI Governo que não é mais do que um governo de salvação do capitalismo, de submissão ao imperialismo.

Esta ofensiva estende-se agora aos seus aspectos essenciais. A burguesia no Poder não consegue governar, não consegue exercer o Poder, e é assim que todos os dias nós vemos na televisão e nos órgãos de Informação os representantes dessa mesma burguesia, estejam ou não no Governo ou no Conselho dito da Revolução, a lamentar-se que querem governar, que querem exercer o Poder, ou seja reconhecendo que não têm força para tal. E vemos sobretudo na prática tentarem construir um exército repressivo, tentarem profissionalizar as Forças Armadas, tentarem esmagar a luta dos soldados, e isolá-la da luta de todos os trabalhadores.

«Morte ao A. M. I.» — não é apenas uma palavra de ordem justa mas é um aspecto essencial da luta dos soldados e de todos os trabalhadores, luta que será vitoriosa e que será um passo decisivo na construção do Exército Popular e Revolucionário, que levará os trabalhadores à vitória no nosso país.

Por outro lado a ofensiva reaccionária da burguesia espalha-se através dos órgãos de Informação depois de criar os seus próprios pasquins à custa do dinheiro roubado aos trabalhadores não só em Portugal como em todo o mundo capitalista.

A burguesia pretende agora generalizar a sua acção, ou seja tomar conta de toda a Informação, e é por isso que colocou em ministro da Comunicação Social um «independente», que só é «independente», porque hesita entre o P. P. D. e o C. D. S. E tem a acompanhá-lo outro «independente»: o tenente-coronel Ferreira da Cunha, que os trabalhadores denunciaram já, iniciando hoje uma luta de extrema importância, luta essa que coloca a questão da Informação como uma questão que diz respeito a todos os trabalhadores.

Por outro lado a burguesia tenta desesperadamente estender o seu domínio reaccionário a todos os níveis do poder local. É neste sentido que saneia governadores civis progressistas, o que deixa muito embaraçadas as forças reformistas, pois a sua acção orienta-se, de facto, para a ocupação de lugares no aparelho de Estado.

Para os revolucionários o saneamento dos governadores civis é um aspecto importante da ofensiva da burguesia, mas nós encaramos o problema de maneira diferente porque o que pretendemos é obter o exercício do poder local para Assembleias Populares e não para governadores civis, sejam eles progressistas ou não.

Outro aspecto importante e que mostra que social-democratas, engratados e fascizantes e reaccionários, estão de mãos dadas com o imperialismo, contra os trabalhadores e o poder popular, é o papel da violência fascista em todo este processo. O papel do ELP e das forças fascistas é um papel extremamente claro: fornecer argumentos aos oficiais reaccionários e políticos de cartola da burguesia para defenderem a necessidade da ordem colocando a questão do fascismo como uma questão moral, como uma questão que tem a sua origem fora da nossa sociedade, como se o fascismo não estivesse intimamente ligado à sociedade capitalista, como se o fascismo não fosse a única forma dos capitalistas em Portugal manterem o seu domínio de classe.

É assim que as forças social-democratas servem o avanço das forças fascistas e por isso não podemos desligar a palavra de ordem «morte ao ELP e a quem o apoiar» da palavra de ordem «abaixo a social-democracia».

**Social-democracia que não quer dizer apenas a acção desse político burguês Mário Soares e dos seus apaniguados, mas sim todo o imperialismo internacional organizado para vergar a luta emancipadora dos trabalhadores.**

Camaradas:

Não tenhamos dúvidas de que o que a burguesia quer é:

- Desnacionalizar aquilo que já foi nacionalizado.
- Subir os preços e baixar os salários.
- Vender o País ao imperialismo e à social-democracia.

É por isso, camaradas, que aquilo que o MES sempre disse é cada vez mais correcto e está cada vez mais claro, ou seja a **social-democracia é uma fase de transição para o fascismo.**



## FASCISMO OU REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A opção que neste momento se nos coloca é muito clara e quem se desvia dela ficará para trás irremediavelmente. **A opção é entre o golpe fascista mais ou menos violento, mais ou menos repentino, e a ofensiva popular vitoriosa, entre o fascismo e a Revolução Socialista.**

Camaradas:

A ofensiva popular pode e deve andar para a frente existe a força para a levar à vitória. Senão, vejamos: golpe a golpe as massas têm correspondido à ofensiva da burguesia.

A morte política do MFA como força progressista, à morte política de uma vanguarda pequeno-burguesa dentro das FA sucedeu uma vanguarda política revolucionária, uma vanguarda política de classe, os SUV, Soldados Unidos Vencerão, movimento que contribuirá e já contribuiu para a criação de comissões de soldados, que constitui o instrumento mais poderoso dentro dos quartéis na luta pelo Exército Popular Revolucionário, luta decisiva para que o poder popular tenha força armada para poder vencer.

A ocupação das emissores e da TV responderam as massas com uma poderosa e imediata reacção (que obrigou o Governo a recuar) e com a desselagem da Rádio Renascença.

A política reaccionária do Ministério do Trabalho responderam os trabalhadores, desde os metalúrgicos aos trabalhadores rurais, todos os trabalhadores, mostrando que o ministro Tomás Rosa é em tudo semelhante aos ministros das Corporações de antes do 25 de Abril.

As tentativas de paralização da Reforma Agrária responderam com a unidade crescente entre operários e trabalhadores rurais, com o trabalho nas cooperativas e herdades colectivas, com o avanço da Reforma Agrária, isto é, respondem avançando com a construção do Poder Popular nos campos.

As tentativas de desnacionalização, os operários e os trabalhadores avançam cada vez com mais força com o controle operário, com o combate à sabotagem económica, com o exercício do seu poder ao nível das empresas.

Camaradas:

**Há força para levar a ofensiva popular à vitória.** Essa força vem-nos não só da resposta, que está a ser dada golpe a golpe, vem-nos da capacidade crescente que os revolucionários e as massas populares têm demonstrado ao longo do processo revolucionário; essa força vem não exclusivamente, como diz a burguesia, das áreas de Lisboa e do Alentejo, essa força vem, um pouco por todo o País, do avanço do Poder Popular e do avanço crescente da esquerda revolucionária não só nas tarefas de organização das massas populares mas também na direcção da luta dos trabalhadores, dis-

putando-a ao reformismo. Essa força vem da crescente capacidade do proletariado em trazer para o seu caminho os aliados históricos. Essa força vem sobretudo da aliança crescente entre os soldados e os seus irmãos de classe, entre os trabalhadores fardados e os não fardados.

Camaradas:

**Há condições militares, políticas e económicas para a ofensiva popular se desenvolver.** Do ponto de vista militar a direita não tem soldados para dar o golpe; do ponto de vista económico, a subida do custo de vida, o desemprego e a satisfação das necessidades mais imediatas são questões que não podem ser resolvidas sem um poder revolucionário; do ponto de vista político, as ilusões da democracia burguesa, as ilusões do reformismo começam a ser claramente ultrapassadas e os trabalhadores compreendem finalmente que não são os políticos que farão a revolução em seu nome, mas que só as massas através da sua organização e da sua luta podem fazer triunfar a revolução socialista.

## AS TAREFAS DA OFENSIVA POPULAR

Levar a ofensiva popular à vitória significa desenvolver desde já um conjunto de tarefas das quais destacamos as seguintes, a primeira e fundamental: **unificar e armar o Poder Popular.** O que quer isto dizer? Quer dizer que temos que avançar com mais segurança na linha das intercomissões de trabalhadores, moradores e soldados, na linha das Assembleias Populares e que é necessário dar força militar às estruturas do Poder Popular, uma vez que o exército popular e revolucionário não se constrói apenas nos quartéis, constrói-se por toda a sociedade, constrói-se na luta de libertação dos

explorados e oprimidos, na sua ofensiva contra a burguesia destruindo o poder velho e construindo o poder novo, o poder proletário que nos conduzirá à sociedade sem classes. A 2.ª tarefa é fortalecer a luta de massas, é deixar o VI Governo no seu sítio, dentro dos gabinetes, já que dele nada de bom há a esperar, e na prática levar por diante as transformações revolucionárias, ocupar quando seja necessário as fábricas, as terras e os quartéis para impôr o poder dos trabalhadores, é não estar à espera que os Governadores civis ou as Câmaras ou qualquer outra estrutura do velho aparelho de estado, resolva o problema das rendas de casa, dos bairros de lata ou dos bairros pobres, é desenvolver na prática o Poder Popular dando-lhe uma nova dimensão, ou seja exercendo na prática o poder local, passo fundamental para se poder caminhar para a tomada do poder de Estado, para a revolução socialista. A 3.ª tarefa é a de **derrotar todas as tentativas de formar um exército profissional**, todas as tentativas de criar um corpo de choque repressivo, que docilmente obedeça às ordens anti-operárias que o VI Governo tem para dar. Na base desta luta estão as Comissões de Soldados, está a direcção revolucionária dos SUV, estão todos os revolucionários que unidos avançam para a Revolução. A 4.ª tarefa, a tarefa mais importante é a de **derrubar o VI Governo provisório e instaurar um regime de unidade revolucionária**, é a de abrir as portas não ao fascismo, mas sim ao Socialismo.

## ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Os partidos dos burgueses que sempre criticaram o MES dizendo que somos um satélite do PC, vêm agora dizer-nos que não há alternativa revolucionária. Essa alternativa revolucionária existe, e não é apenas uma alternativa ideológica: começa a ser uma alternativa na prática, porque a esquerda revolucionária está a ganhar força para levar por diante o seu projecto. A alternativa revolucionária existe, é a alternativa do Poder Popular, é a alternativa da Revolução. A Revolução Socialista é feita pelas massas e é feita ainda na velha sociedade com o avanço do Poder Popular a todos os níveis, primeiro na base, nos locais de trabalho, nas fábricas, nas empresas, nos bairros, nos campos e nos quartéis, depois ao nível local preparando o desenvolvimento da ofensiva popular para a tomada do poder local. É por isso que todas as teses defensivas, todas as teses que pretendem primeiro construir o Poder Popular como um todo para depois tomar o poder de Estado são teses trotskistas, votadas ao fracasso, teses que têm que ser combatidas, porque nessa altura o que estamos a fazer era oferecer de bandeja o Poder Popular e os revolucionários à burguesia, que entretanto teria criado o exército profissional, construído o seu aparelho repressivo, juntando a força necessária para nos esmagar, para derrotar todo o nosso esforço.

A alternativa revolucionária é a alternativa da construção de uma economia socialista independente, de uma economia ao serviço dos trabalhadores e do nosso povo e não do lucro, é a alternativa de uma verdadeira revolução cultural, de uma revolução que efectivamente permita que as massas conduzam o processo ou seja, que permita que os trabalhadores, em todos os locais de trabalho, a todos os níveis da sociedade ganhem força para exercer o poder.

A alternativa revolucionária é no fundo a alternativa do Poder Popular, da independência nacional, a alternativa de derrubar o VI Governo da burguesia para construir um governo revolucionário, um governo que, permita ao proletariado exercer o seu poder democrático de classe, é a alternativa do caminho seguro e sem hesitações da Revolução Socialista.



## A DIRECÇÃO REVOLUCIONÁRIA E A VANGUARDA DE CLASSE

Nesta fase temos de colocar correctamente uma questão decisiva: sem direcção político-revolucionária, por mais força, por mais capacidade, por mais vontade, que tenham as massas, não haverá Revolução Socialista, não haverá tomada do Poder de Estado pelos trabalhadores, não haverá libertação dos explorados e oprimidos. A construção de uma direcção político-revolucionária, a luta por uma vanguarda de classe construída no seio das massas é uma tarefa fulcral, é uma tarefa à qual não podemos virar as costas. Mas também as organizações de vanguarda podem dar passos de gigante nesta tarefa. Com efeito, o P. S., por um lado, e o P. C. por outro lado, sofrem neste momento uma crise importante: o P. S. porque não é capaz de satisfazer uma única reivindicação dos trabalhadores, porque aquilo que o P. S. tem para dar aos trabalhadores é a repressão é a miséria, é a exploração, é a fome, e por isso tende e tem na realidade vindo a perder progressivamente esta influência.

Por outro lado o P. C., partido com um projecto reformista, com 1 projecto que é incapaz de unir o Povo trabalhador na luta pelo socialismo, porque é incapaz de levar os trabalhadores à vitória, é um partido que está a perder terreno ao nível de massas. A sua política de conciliação com a social-democracia, a sua política de cedência perante as forças capitalistas, a sua política, no fundo de traição aos interesses históricos do proletariado, é uma política que as massas estão a verificar que só as pode levar à derrota. A tática do PC é clara: reconstruir o defunto político que é o MFA, expressa na palavra de ordem «revolucionários para o Conselho de Revolução»; conseguir escorraçar do Governo as forças mais reaccionárias para poder levar por diante a sua política de conciliação com a social-democracia, daí a palavra de ordem «o PPD fora do Governo». E no entanto não é nada disto que está em causa, isto só pode levar a 2 coisas: à possibilidade de um golpe militar de esquerda que, quando muito, conduziria a um adiamento do golpe fascista e, em última análise, à derrota dos trabalhadores, à derrota do Poder Popular e a um trágico atraso no processo de libertação dos explorados e oprimidos em Portugal.

Por outro lado, existem forças que querem fazer o Partido às escondidas, fora da luta de massas, em reuniões de quadros. Essas forças ignoram que o Partido Revolucionário se forja na luta do dia-a-dia, se forja disputando ao reformismo em acto e não em palavras, no concreto e não em teoria, a direcção da luta de massas.

**É na crise do PC e do PS que a esquerda revolucionária se vai afirmando como uma força dirigente, como uma força capaz de dirigir as lutas da classe operária e do nosso povo.** É na crise do PC e do PS que a FUR, Frente de Unidade Revolucionária, que os SUV, Soldados Unidos Vencerão, expressam bem que, **nesta fase meramente anticapitalista**, nesta fase de vida ou de morte do processo revolucionário, **não é a esquerda revolucionária que vai a reboque do Partido Comunista**, mas o Partido Comunista que desde o apoio dado ao documento do COPCON, sistematicamente em momentos decisivos da luta, tem vindo a reboque da Esquerda Revolucionária. Existe neste momento, ao nível civil e militar, um aspecto importante que é, pela primeira vez, nos terrenos fundamentais, nas empresas, nos quartéis e nos bairros, mas sobretudo ao nível global da luta política da classe operária e dos trabalhadores, uma disputa entre a Esquerda Revolucionária e o Reformismo ao nível da direcção da luta de massas!

É isto que faz da palavra de ordem «levar a ofensiva popular à vitória» uma palavra de ordem justa, uma palavra de ordem que pode ser assumida pelos trabalhadores.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

VIVA O PODER POPULAR

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

AVANTE COM A OFENSIVA POPULAR

VIVA O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA



Poder Popular

# QUEM ESTÁ CONTRA A REFORMA AGRÁRIA?

No Sul do País as massas de assalariados rurais e camponeses pobres mostraram já que não estão dispostas a continuar a permitir que outros enriqueçam com o seu suor, e que estão decididamente a levar por diante a luta contra os exploradores, a pôr em prática a Reforma Agrária.

Não há leis capitalistas, manobras demagógicas ou Governo reaccionário que detenha a sua justa luta.

Herdade após herdade o Alentejo tem passado dos parasitas latifundiários para a mão dos trabalhadores que as cultivam colectivamente, pondo de pé uma forma nova de produzir e de viver.

Para os partidos da burguesia e seus advogados, a luta dos trabalhadores rurais é anarco-populismo antidemocrático.

Quererá Lopes Cardoso experimentar fazer uma visita ao Alentejo? Quererá ele explicar porque calunia e boicota a luta dos trabalhadores? Talvez a recepção não fosse triunfal...

De facto também neste sector o VI Governo tenta restaurar o poder da burguesia. A Reforma Agrária incomoda-o. Os trabalhadores em luta, e aqueles que decididamente se põem ao seu lado são alvo de ataques (por vezes à bomba, como em Alcácer), repressão e prisão (como aconteceu com os camponeses que ocuparam a herdade da Bafola), calúnias (diariamente no seu jornal «A Luta») e saneamento (caso de Portalegre).

Mas tais manobras não irão avante. Os explorados do Alentejo estão dispostos a lutar e a vencer!

## Resposta do Presidente e do Vice-Presidente do Centro Regional de Reforma Agrária de Alcácer do Sal às calúnias "apartidárias" de "A LUTA"

Os signatários, director e subdirector do CRRA de Alcácer são directamente visados no artigo «A bomba foi um pretexto para ocupar a casa do cavaleiro João Núncio» publicado nesse jornal em 30 de Outubro.

1.º — «A Luta» jornal geralmente considerado porta-voz do «Partido Socialista» — a que, aliás, pertence o titular da pasta da Agricultura — tem desenvolvido uma intensa campanha de oposição ao processo da Reforma Agrária, conquista

irreversível das classes trabalhadoras portuguesas.

2.º — «A Luta», escamoteia voluntariamente quaisquer elementos tendentes a dar uma visão minimamente objectiva dos acontecimentos que comenta. Por exemplo omitte-se descaradamente — todo o conteúdo de uma entrevista de cerca de 30 minutos concedida pelos director e subdirector do CRRA de Setúbal ao «enviado especial» do jornal

3.º — A encenação montada no artigo com vista a tornar crível a objectiva versão de que a bomba que explodiu no centro de Alcácer do Sal, fora colocada pelos signatários, assenta nas seguintes afirmações que apresenta como provindo de pseudo-entrevistados:

— um ou dois dias antes já se falava na ocupação da casa do cavaleiro J. B. Núncio;

— por volta das 8 horas já havia papéis de protesto ao Centro de Reforma Agrária, quando às 7 e 25 da manhã não havia ninguém no Centro;

— a bomba explodira numa sala onde nada praticamente existia quando no edifício havia «tantas salas cheias de máquinas»;

— a convicção da maioria da população é no sentido de que foram os dirigentes do Centro que «puseram aquilo».

4.º — Sobre isto a verdade é que:

a) — a ocupação da casa de João Núncio surgiu por iniciativa dos trabalhadores das cooperativas agrícolas,

b) — é pura mentira que às 8 horas estivesse na rua qualquer comunicado do Centro sobre os acontecimentos.

c) — as obras de reparação só se iniciaram após as autoridades competentes que foram avisadas e chegaram ao Centro antes dos responsáveis do CRRA, colherem os elementos necessários às investigações.

Aliás, foram funcionários do Centro que, logo que a acção das autoridades o permitiu, começaram a tentar tornar utilizável os locais atingidos demonstrando que não seriam intimidações terroristas que os faziam vacilar na sua acção.

— «A Luta» ao falar falsamente em convicções da maioria da população de Alcácer não faz mais do que destilar miseráveis falsidades contra os seus reais inimigos — aqueles que se colocam ao lado das lutas dos explorados e oprimidos.

cultores, rendeiros e seareiros, que no artigo em causa são atribuídas aos ora respondentes.

Quando, onde e como os signatários praticaram tais actos?

6.º — Existem no artigo outras insinuações difamatórias ligadas à actividade profissional desenvolvida pelos signatários no campo da Reforma Agrária. Porém, não será a «A Luta» nem aos titulares dos interesses que ela serve quem têm autoridade para se pronunciar sobre essa actividade, ou merecer sequer que lhes sejam dadas explicações. Os milhares de trabalhadores rurais que poucas horas após o rebentamento manifestaram o seu inteiro apoio ao Centro constituem os únicos juizes legítimos e é perante eles que os signatários respondem pelo trabalho que desenvolvem.

7.º — Tem «A Luta» objectivos evidentes ao referir a «sua» verdade quanto à guarda armada montada pelos trabalhadores à casa ocupada para o novo Centro. Não duvidamos que «A Luta» preferisse ter a «sua liberdade de acicitar impunemente as forças reaccionárias ligadas aos agrários, a fim de estas demoverem os trabalhadores rurais do seu propósito. Simplesmente, a luta dos trabalhadores rurais não é a luta de «A Luta», daí que as armas também sejam diferentes: «A Luta» usa a calúnia e a mentira, ou seja as armas dos exploradores; o proletariado rural tem de opor a esta a única linguagem capaz de os fazer calar.

Difinitivamente.

8.º — Os signatários declaram desde já que irão proceder criminalmente contra a «A Luta» nos termos da Lei da Imprensa.

Carlos Manuel de Almeida Cabral  
António José Maldonado Cortes Simões

## MOÇÃO

O ministro da Agricultura, acaba de decidir a exoneração e transferência do director e sub-director do C. R. R. A. de Portalegre, o que constitui um verdadeiro saneamento à esquerda de dois funcionários progressistas que têm aplicado todo o seu labor e competência na defesa do avanço da Reforma Agrária, ao serviço dos trabalhadores rurais. Isto acontece contra a opinião expressa dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Portalegre que num plenário realizado em 29-10-75 em Elvas, em que estiveram presentes mais de 5000 pessoas, reafirmaram o seu incondicional apoio aos elementos agora saneados pelo ministro.

Esta medida que mais não representa que a concretização de um projecto em curso que visa o desmantelamento dos Centros de Reforma Agrária põe deste modo em risco uma das conquistas mais importantes do processo político português.

Os directores dos Centros Regionais de Reforma Agrária dos distritos de Beja, Setúbal, Évora, Santarém, Portalegre e Castelo Branco reunidos às 22 horas de hoje deliberaram protestar com firmeza contra esta medida arbitrária e objectivamente reaccionária, declarando que se consideram solidários com os seus camaradas saneados e responsabilizam desde já o ministro da Agricultura por todas as consequências que esta e outras medidas deste tipo venham a desencadear.

Lisboa, 31-10-75

— é tristemente ridículo afirmar que a bomba poderia ter sido colocada em «tantas salas cheias de máquinas». Na verdade, em todo o edifício existem apenas, além de 3 máquinas de escrever, 1 fotocopiadora e 1 copiografo.

5.º — Ainda os signatários desafiam «A Luta» a provar quais as movimentações selvagens nos campos chefiados pela direcção do CRRA, bem como em que factos se traduziu a campanha de intimidação dos pequenos e médios agri-

## Alvega (Abrantes)



A Comissão de Trabalhadores Agrícolas, depois de aturada reflexão, verificou que efectivamente tem reunido, e tem trabalhado. Mas tem verificado que o seu trabalho não tem sido totalmente correcto, na medida em que tem estado muito isolada.

Camaradas, desistir é o trunfo dos burgueses. Descobrir qual a maneira de sair do isolamento a que temos estado sujeitos, é a atitude revolucionária de quem sabe que a sua libertação está nas suas mãos. Vamos tomar consciência dos seguintes pontos, para melhor termos os nossos olhos abertos e sabermos por onde é que o inimigo nos atacará, e assim lhe podemos responder com golpes mortais.

1. As reuniões que temos feito, de operários agrícolas, muitas vezes têm caído no velho sistema de cada um expor o seu problema e uma vez resolvido ficamos indiferentes com o pensar porque é que temos problemas, não nos preocupando em ver que andaremos toda a vida a resolver problemazinhos; que temos é certo, mas que se nos esclarecermos acabaremos todos com eles.

Todos os problemas que temos devem-se ao facto de o Poder, o Governo, estar ainda nas mãos dos burgueses. E esse poder enquanto estiver nas mãos deles, nunca resolverá os nossos problemas. Já vimos porque. Se é um Governo de patrões eles não podem nunca aceitar que os trabalhadores peçam aumentos de salários, saúde gratuita, condições dignas de habitação etc. Mas este Governo não está só em Lisboa porque em toda a parte há burgueses, patrões. Eles têm os seus representantes nas aldeias e vilas. Têm os seus organismos: as Cais, as Juntas, os Bancos, as Câmaras, etc.

Por isso nós temos que construir um poder novo. Que seja nosso e que nos resolva os nossos problemas. Isso não acontece da noite para o dia. É preciso trabalharmos muito mas organizando-nos. Não andando sozinhos, isolados. Por isso basta pensarmos que para além de Alvega, há muitos trabalhadores como nós, que vivem como nós, também desorganizados, e isolados.

Portanto descobrimos porque é que isto tem andado devagar: porque andamos isolados.

2. Nas reuniões que temos feito, não temos dado conhecimento aos outros trabalhadores que em alguns sítios já tem as suas Comissões de Trabalhadores Agrícolas, as suas Comissões de Moradores; bem como nos quartéis, as suas Comissões de Soldados.

Assim desanimamos porque nos sentimos sozinhos e as outras comissões a mesma coisa, porque também não têm contacto e dialogado entre si. Por exemplo alguém sabe o que tem sido feito em S. Facundo, no Pego, em Abrantes, nos quartéis desta área, no Gavião em Santa Margarida, no Mação etc?

Todos queremos passar a saber o que se passa em Alvega e em todas as terras. Temos que entrar em contacto com as Comissões de Moradores, de trabalhadores e de Soldados que já existem. E fazermos para que onde as não haja, elas sejam criadas, para resolverem os nossos problemas.

### — TEMOS PROBLEMAS NO TRABALHO —

Nós trabalhadores agrícolas sabemos-lo bem. Desde a falta de trabalho até à resistência de certos patrões em nos pagarem os salários devidos. Sabemos bem quanto é preciso avançar. Quantas terras há que estão subaproveitadas, e que teremos muito seriamente em pensar no destino a dar-lhes.

Portanto para resolvermos os problemas do trabalho, criámos já há alguns meses a Comissão de Trabalhadores. Porém a comissão tem que se ligar às outras Comissões de outras aldeias e vilas. Para sermos mais. Para mais depressa acabarmos com a exploração nos campos.

### — TEMOS PROBLEMAS NO MEIO EM QUE MORAMOS —

Nós não passamos todo o dia no campo. Temos a nossa aldeia. A nossa terra. Conosco, trabalhadores agrícolas, vivem outros operários que trabalham noutras profissões. Temos pois, além de profissões diferentes, outros problemas que a todos por igual dizem respeito. Temos que criar Comissão de Moradores.

### — TEMOS PROBLEMAS NOS QUARTÉIS —

Podemos agora falar dos nossos irmãos fardados, os soldados. Também nos dizem respeito. E muito, mesmo. Aqui perto temos várias unidades. Nalgumas, como é o caso do RC 4, a democracia tem entrado a muito custo. Mas noutras, como é o caso do Regimento de Infantaria de Abrantes, já existe uma Comissão de Soldados. Também os soldados são explorados. Também eles têm os seus problemas. E eles já criaram a sua Comissão. Mas eles também não podem ficar isolados, ao sabor das ordens dos comandantes burgueses e reaccionários. Nós temos que os apoiar para que também eles nos apoiem a nós trabalhadores. Para que nunca usem as armas contra nós, mas pondo-as nas nossas mãos, nós com eles acabemos de uma vez por todas com a exploração na nossa terra. Temos que entrar em contacto com eles.

## 5.<sup>a</sup> ASSEMBLEIA NACIONAL DE MILITANTES

Reuniu nos dias 1 de Novembro em Lisboa a V Assembleia Nacional de Militantes do Movimento de Esquerda Socialista.

Estiveram presentes centenas de militantes de todos os distritos do País e todas as estruturas dirigentes nacional e regionais.

Foi largamente discutida a situação política nacional incidindo no fundamental sobre as questões militar, do movimento popular de massas, da organização e tática para levar a ofensiva popular a vitória.



Verificou-se da análise da correlação de forças ao nível militar e popular existirem boas condições para a vitória da ofensiva popular e triunfo da Revolução socialista.

Ficou reforçada a unidade e coesão do movimento em torno das tarefas essenciais da actual fase do processo revolucionário e foi lançada a última fase do processo de preparação do II Congresso Nacional Ordinário do MES.

O II Congresso Nacional Ordinário ficou marcado para os dias 6, 7 e 8 de Dezembro de 1975 e terá lugar em Lisboa.

Lisboa, 1 de Novembro de 1975  
Secretariado da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista

## a imprensa reaccionária

Já basta toda a imprensa imperialista-fascista britânica, «martelando» diariamente falsas notícias,

quanto mais haver um correspondente (... e português) do «Guardian», a cozinhar toda a conversa de papagaio da social-democracia portuguesa, ao serviço do capitalismo mundial! Este correspondente é sr. António de Figueiredo que, segundo diz (no seu livro recentemente publicado em Londres), foi um antifascista de berço, lutando sempre contra o salazarismo, mas que luta agora contra a Revolução Socialista em Portugal — noticiando (ou melhor falando!) para os «bosses» ingleses (verdadeiros «gangsters» de chapéu de coco e cravo vermelho na lapela) históricas histórias da burguesia portuguesa; os «triunfos» reaccionários do direita VI Governo e seus laçaios; as declarações anti-revolucionárias do «célebre» Charais, não esquecendo, como é óbvio, todas as palavras do seu grande e «fiel» amigo, Mário Soares.

É altura de denunciar o carácter reaccionário deste laçao da burguesia, que se apregou tão antifascista, mas que no fim caminha cegamente para o regresso desse flagelo da história, usando a imprensa britânica para propaganda do seu fim em vista — a semente da mentira capitalista e imperialista!

Sr. António Figueiredo: todo aquele que se coloca ao lado dos trabalhadores é que é um revolucionário... do outro lado é a contra-revolução! Não pode haver hesitações ou «meios termos» — Revolução Socialista ou fascismo!

De que lado quer estar o sr. António Figueiredo, correspondente do diário londrino «Guardian»?

Como antifascista... só se definirá como revolucionário quando escrever nos seus extensos artigos, para o referido jornal, as conquistas alcançadas pelo Poder Popular na luta para pôr fim à insaciável exploração e opressão, de que temos sido vítimas (e que ainda existe); contra o reaccionarismo capitalista; contra as manobras fascistas do PS, PPD, CDS, ELP e CIA; contra os golpes dos fascistas fardados; contra as multinacionais, etc. etc. Ou será que tem medo que os ingleses (good friends of yours...) se assustem com a verdade, e perca o tacho?

NÃO! O Núcleo de Londres do MES não pode ficar calado perante as notícias contra-revolucionárias, escritas por um repórter português «antifascista»... de fachada!

CAMARADAS, não nos deixemos enganar com «capas» de socialismo (democrata). Não se pode esperar mais tempo, para desaparecer de vez os papagaios falantes da imprensa reaccionária — VIGILÂNCIA CONTÍNUA À IMPRENSA BURGUESA E DESMASCARAMENTO IMEDIATO DOS MESMOS, deverá ser a nossa palavra de ordem.

(NÚCLEO DE LONDRES DO M.E.S.)

## nova sede:

# MARINHA GRANDE

O MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA organização de vanguarda, que luta para a unificação e organização das massas populares sob a direcção de uma linha proletária e culminando todo o trabalho de organização e de agitação e propaganda desenvolvido ultimamente, abriu hoje a sua sede na Marinha Grande, Rua Machado Santos 36.

Apelamos à classe operária e ao povo da Marinha Grande para que faça sua a nossa sede.

Apelamos principalmente a todos os camaradas simpatizantes do Movimento a comparecerem na sua sede.

Não poupamos esforços para levar a cabo as tarefas revolucionárias que cabem ao nosso Movimento.

LUTAR CRIAR PODER POPULAR  
EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
VIVA O COMUNISMO

«Poder Popular»

À VENDA EM Londres:

- Collet's London Bookshop
- 64/66 Charing Cross Road, W.C. 1
- A. Moroni e Son
- 68 Old Compton Street, W. 1
- Librarie Parisienne
- 48 Old Compton Street, W. 1
- NSS Newsagents
- 214 Earl's Court Road, S.W. 5
- NSS Newsagents
- 6 Pembroke Road, W. 11
- (Notting Hill Gate Station)

# Faro - a luta continua

Dada a impossibilidade de a burguesia governar, o VI Governo aumenta a sua escalada repressiva no sentido de travar as lutas dos trabalhadores quer civis quer fardados. Esse avanço repressivo é traduzido no Algarve pela substituição do governador civil em exercício por um governador social-democrata e que publicamente declarou ser contra o poder popular, isto é, ser contra o poder dos trabalhadores.

A F. U. R. quer mais uma vez deixar bem claro, que o que está em causa não é a pessoa nem o partido do sr. Carrapato mas sim as posições assumidas publicamente por este senhor quando presidente da Comissão Administrativa da C. M. F. e na sua ridícula sessão de cumprimentos à boa maneira fascistas.

Nesse sentido foi convocada uma grandiosa manifestação de massas, cujo vigor, número de participantes e disciplina revolucionária, fizeram dela a maior manifestação de sempre no Algarve e onde se mostrou quem eram as maiorias e as minorias.

Já durante a alocução proferida por um membro do secretariado promotor da manifestação se ouviram frases no sentido da ocupação do governo civil vindas das massas.

Finda a alocução foi dito

através da aparelhagem sonora que a manifestação terminaria.

Poucos momentos após verificou-se um movimento para a porta do Governo Civil e a ocupação deste, por parte das massas populares.

Verificou-se um entusiasmo indescritível e incontível, gritando-se «o governo civil é do povo», «VIVA O PODER POPULAR».

Perante o facto consumado, entendeu o secretariado da manifestação ter que assumir as suas responsabilidades. Nesse sentido penetrou no Governo Civil propondo a formação de um comité de luta, que teria por missão, preservar os bens existentes no interior do edifício e manter uma disciplina revolucionária, o que foi aceite por todos. Dos resultados obtidos pelo comité de luta são testemunhas todos os trabalhadores e militares presentes, entre os quais se contava o comandante do Regimento de Infantaria de Faro.

O comité de luta elaborou entretanto um comunicado narando os factos e perspectivando a luta.

Cerca das 21 horas foi decidido manter a ocupação até à meia-noite após o, ue feita uma análise da situação, e em função das condições efectivas existentes no momento se de-

terminaria o caminho a seguir.

Cerca da meia-noite reúnem-se os trabalhadores em plenário para discussão de uma proposta apresentada pelo comité de luta no sentido do abandono das instalações. Quando se está na discussão da proposta é o plenário informado que o P. S., o P. P. D., o C. D. S. e outros fascistas pagos por estes, tais como o M. R. P. P., A. O. C./P. C. P. (m-l), E. L. P. e M. D. L. P. encabeçados pelos responsáveis do P. S., P. P. D. e por indivíduos pertencentes ao de que pior existe na nossa sociedade avançam para o Governo Civil.

Este facto vem radicalizar as posições dos trabalhadores presentes no plenário. Nesta altura, os dirigentes do P. C. P. que, muito embora tenham admitido a consulta aos trabalhadores no plenário, tinham declarado no comité de luta abandonar o edifício qualquer que fosse a vontade do plenário, dão palavra de ordem aos seus militantes de retirada imediata.

Perante a decisão do P. C. P. os trabalhadores presentes radicalizam e decidem-se a manter a ocupação até se encontrar uma nova plataforma para a desocupação do Governo Civil. É decidido entretanto, nomear uma comissão de tra-



balhadores para se deslocar ao R. I. F. e promover uma assembleia geral de unidade para que trabalhadores civis e fardados discutissem conjuntamente a situação.

Pouco depois deu entrada nas instalações do Governo Civil o comandante do R. I. F. com instruções do comando da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat Correia, no sentido de saber quais as reivindicações dos trabalhadores ocupantes. O plenário imediatamente exige, em nome do poder popular, a exoneração do social-democrata Carrapato. Propõe ainda que, entretanto, fique à frente do Governo Civil do Algarve uma comissão mista civil e militar, constituída por representantes eleitos que asseguraria transitório, o poder para o transmitir oportunamente aos órgãos de poder popular.

Quando decorria o plenário em que estes assuntos estavam a ser debatidos chegou ao exterior do edifício uma contra-manifestação.

O comandante do R. I. F., após se ter inteirado das pre-

tensões dos ocupantes, decidiu informar delas os contra-manifestantes e o brigadeiro Pezarat Correia.

Ao assomar-se à janela para falar aos contra-manifestantes foi imediatamente apedrejado tendo ficado ferido na cara. Outro trabalhador, ao pretender fechar a janela, foi selvaticamente apedrejado tendo ficado cego de um dos olhos. Simultaneamente os bandos terroristas da burguesia fascista dão início ao assalto do edifício.

Os trabalhadores preparam a sua autodefesa barricando-se no interior enquanto que o comandante, através do telefone, ordena para o quartel que sejam dispersados os contra-manifestantes e avisadas a Polícia e G. N. R. para operar conjuntamente.

Não houve intervenção militar por oposição do aspirante Guerreiro que se negou a cumprir as ordens e impediu inclusive que outros militares a cumprissem e a contramanifestação, arrombando as portas, entra no edifício e é repelida pela firme determinação revolucionária dos trabalhadores.

Posteriormente, os assaltantes penetram no edifício, abrindo com chave as portas laterais, demonstrando um perfeito conhecimento do local a que não é estranha a presença do conhecido fascista Paulo Domingos e do deputado pelo P. S. e antigo governador Civil Luis Filipe Madeira.

Segue-se a bárbara destruição, por parte dos bandos fascistas, de todo o mobiliário, equipamento e arquivos existentes no interior do Governo Civil.

A F. U. R. repudia energicamente as calúnias do social-democrata Carrapato, difundidas através dos órgãos de comunicação social, no sentido de que os ocupantes teriam feito a destruição e, porque não tem a verdade dos factos, exige que se faça imediatamente um rigoroso inquérito a todos os acontecimentos, e que as suas conclusões sejam tornadas públicas. Exige mais que esse inquérito se faça por uma comissão na qual se integrem órgãos de poder popular.

A luta continua!

# MPLA

11/Novembro — O POVO NO PODER!

O 11 de Novembro aproxima-se. A data prevista no Acordo de Alvor, para a independência de Angola será o momento de consagrar opções decisivas. Mais do que nunca, nesta etapa final impõe-se

uma posição clara e firme. A clareza há-de derivar de uma análise política sobre Angola e as forças que nela se confrontam, da firmeza da posição há-de resultar uma prática consequente.

# ANGOLA

A recordação das origens e da prática dos três «movimentos» é fundamental para a sua compreensão na actualidade.

— tanto a F. N. L. A. como a U. N. I. T. A. são movimentos de natureza marcadamente tribal e regionalista; pelo contrário, o M. P. L. A. é o único a ter uma implantação e um projecto verdadeiramente nacionais;

— a F. N. L. A. é um movimento com uma prática claramente racista e «antibranco»; pelo seu lado, a U. N. I. T. A. foi colaboracionista e aliou-se à opressão colonial contra os próprios combatentes angolanos; só o M. P. L. A. foi capaz de definir correctamente o inimigo principal, lutando sem equívocos contra o colonialismo português;

— a F. N. L. A. e a U. N. I. T. A. são dois instrumentos do imperialismo na sua tentativa de prolongar sob novas formas a dominação sobre o povo angolano. Os três movimentos apresentam assim características diferentes — a F. N. L. A. com uma ideologia e uma prática de tipo fascista ou nazi, a U. N. I. T. A. com uma aparência de «moderação» mais de tipo social-democrata — representando as duas faces da ingerência imperialista: a F. N. L. A. financiada pelos americanos através do Zaire, a U. N. I. T. A. predominantemente apadrinhada pelo capitalismo europeu; em contrapartida, o M. P. L. A. define na fase actual o imperialismo como seu inimigo directo;

— A FNLA apoia-se num exército de mercenários, enquadrado por instrutores estrangeiros, de tal modo que é impossível saber onde começa e onde acaba o exército de Mobutu e o ELNA (braço armado da

FNLA); a UNITA apoia-se num exército de raiz claramente tribal, onde não escasseiam também os mercenários; só o M. P. L. A. mantém em armas um exército verdadeiramente nacional e popular.

Entretanto, a prática recente dos três movimen-



publicidade; os métodos da UNITA baseiam-se na cómoda indefinição ideológica, salpicada de aparências progressistas; na rências progressistas; na demagogia, no aliciamento dos colonos reacçãoários e finalmente na aliança com a FNLA con-

Esta caracterização sumária do passado e do presente do MPLA, da FNLA e da UNITA, conduz-nos a uma conclusão lógica: o MPLA é o único que tem legitimidade para ser reconhecido como movimento de libertação. Só ele ultra-

mestiços nas suas fileiras; nunca foi colaboracionista, mas sempre lutou consequentemente contra o colonialismo português; só ele defende um projecto político que não aliena os interesses do povo angolano aos de potências estrangeiras, mantendo uma firme posição de não-alinhamento e de independência nacional; só o MPLA foi desde o início reconhecido pelos outros movimentos de libertação das colónias portuguesas, a FRELIMO, o PAIGC e o MLSTP, bem como pelas forças anticoloniais consequentes em Portugal e noutros países; **numa palavra, só o MPLA desenvolveu uma verdadeira luta de libertação nacional, na sua qualidade de única vanguarda revolucionária do povo angolano contra o colonialismo, o neocolonialismo, e o imperialismo.**

(...) A importância destes factos justifica uma

o que se passa em Angola não é uma guerra civil no sentido habitual deste termo, nem sequer o combate pode ser interpretado apenas como um conflito entre movimentos rivais que, tendo ideologias diferentes, lutam pelo poder; o que na verdade se passa é que **está em curso uma resistência popular generalizada.** As potências imperialistas e os seus lacaios, ao contrário do Vietname onde empenharam directamente os seus exércitos, não querem correr em Angola o risco de uma nova derrota directa e humilhante, e por isso recrutam mercenários, exploram tribalismos, corrompem traidores para atingir os seus fins;

— o caminho vitorioso dessa resistência generalizada só se explica porque o MPLA está com o povo e o povo adere ao MPLA; o desenrolar dos acontecimentos comprova toda a diferença que existe entre um exército mercenário e um **exército popular;** o povo angolano e as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — exército do MPLA) conduzem a luta em duas frentes, combatendo com uma surpreendente determinação, própria de quem possui convicções políticas firmes;

— tudo isto, por sua vez, tem explicação no facto de o MPLA estar radicado na grande corrente do Poder Popular. É de recordar que ainda antes da entrada da delegação do MPLA em Luanda, já o povo da cidade se tinha organizado autonomamente em Comissões de Bairro destinadas a estruturar a vida colectiva e a garantir a auto-defesa das populações. O MPLA é assim levado na crista da onda do próprio movimento popular angolano, do qual é a vanguarda com o seu papel de direcção política;

— a presente realidade de Angola manifesta ainda a profunda diferença entre as **zonas já libertadas** e as **ainda ocupadas** pelos exércitos da FNLA e da UNITA; enquanto nestas últimas se passa por uma fase de destruição e de pilhagens, nas regiões controladas pelo MPLA está-se em plena fase de **reconstrução nacional** — finalmente o Governo central funciona, a economia relança-se, a produção intensifica-se e em geral criam-se condições de estabilidade social (...).

Centro de Informação e Documentação Anti-colonial

## mensagem do MES

# AO CAMARADA AGOSTINHO NETO

Foi com profunda emoção e no aceso da luta que também em Portugal travamos contra o imperialismo e seus agentes que os militantes do Movimento de Esquerda Socialista tomaram conhecimento da vossa mensagem de 19 de Outubro e do apelo nela contido aos povos de todo o mundo para denunciarem as manobras que se estão tramando para impedir a ascensão do vosso povo a uma independência completa e para combaterem as tentativas de internacionalização do problema Angolano.

Foi no quadro de um internacionalismo militante, reforçado através dos laços que unem os povos de Angola e de Portugal, com a consciência clara da solidariedade das nossas lutas e no prolongamento de uma acção que não é apenas de hoje, que aquela histórica mensagem foi escutada entre nós.

Efectivamente, os laços entre os nossos dois movimentos, forjados na luta contra o colonial-fascismo, e uma linha política que confere ao Poder Popular num papel decisivo na construção de uma sociedade nova, têm sido reforçados após o 25 de Abril através de contactos frequentes e na manifestação de posições convergentes.

Através disso se tem comprovado não ser uma palavra vã a passagem do Programa Político do MES em que se expressa «o apoio ao combate decisivo que o MPLA trava em Angola e a denúncia dos partidos e movimentos ao serviço do imperialismo e dos interesses neocoloniais».

Mais uma prova da solidariedade das nossas lutas e da convergência dos nossos interesses são as acções concertadas do imperialismo em Angola e em Portugal e a oposição frontal com que o nosso Movimento combate os seus agentes, com especial relevo para o VI Governo Provisório, de salvação do capitalismo e de submissão ao imperialismo, e para a cúpula político-militar por nós justamente apelidada de Conselho da contra-revolução.

Neste momento decisivo da luta do povo An-

tos manifesta o seguinte: os métodos da FNLA são opressores, corruptos e corruptores, confiando na prepotência, no armamento, no dinheiro, na

tra o MPLA; os métodos do MPLA fundam-se na **fomacão ideológica, na motivação política, na adesão das massas, na mobilização popular.**

golano, queremos afirmar ao MPLA que os militantes do MES estão a redobrar de esforços na denúncia e combate das manobras do imperialismo, quer no interior do Movimento, quer no âmbito da FUR-Frente de Unidade Revolucionária, quer no seio dos órgãos de Poder Popular — Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Comissões de Soldados, Conselhos de Aldeia e Assembleias Populares.

É assim que, nestes dias que antecedem a data histórica do 11 de Novembro, e face às posições reacçãoárias do governo, fazemos uma tripla exigência:

1. protecção das instalações, equipamentos militares e armamento contra possíveis destruições e sua entrega às FAPLA para a defesa de Angola;
2. pronto reconhecimento do governo de unidade nacional a construir pelo MPLA após a independência;
3. total apoio ao povo Angolano na sua 2.ª guerra de libertação e na reconstrução nacional sob a direcção do MPLA.

Nada disto quererá nem poderá o VI governo fazer: ele tem a sua lógica, como tem os seus compromissos e as suas alianças com os inimigos do povo Angolano. Mas a ofensiva popular vitoriosa dos trabalhadores portugueses, como a resistência popular generalizada em Angola, há-de conduzir os nossos dois povos à vitória que será a vitória do Poder Popular.

Até lá decisivos acontecimentos surgirão no decurso das nossas lutas. Com as mais calorosas saudações revolucionárias, queremos garantir que, dentro das nossas possibilidades, tudo faremos para dar um combate sem tréguas aos nossos inimigos comuns.

Lisboa, 28 de Outubro de 1975  
a Comissão Política Nacional

passa os horizontes do tribalismo, do regionalismo, lutando à escala do país inteiro; o MPLA nunca foi racista, antes sempre incluiu brancos e

análise pormenorizada que leve a aprofundar a sua compreensão. Para maior clareza, podemos distinguir os seguintes aspectos:

# A DUALIDADE DE PODERES

## EXTRAÍDO DE "PODER POPULAR — Um projecto político?"

(...) Conforme havíamos visto logo no início deste trabalho, a Revolução é o resultado de um processo anterior, de lutas agudas onde classes sociais antagónicas se digladiam entre si. E é no próprio decorrer deste processo que se gera um poder paralelo. Este fenómeno, que nós caracterizamos como sendo uma **dualidade de poderes**, começa a surgir quando a classe social que não detém o controlo do aparelho de Estado arrebata determinadas parcelas de poder à classe dominante. Quer dizer, é necessário que a classe dominante perca gradualmente partes do poder total que exerce para que as outras classes sociais empenhadas no processo revolucionário possam exercer também, na mesma proporção, uma certa parcela de poder. E é natural que as coisas corram desta maneira porque, como já vimos, é impossível a existência permanente de dois poderes paralelos. Pelo contrário, a concentração do poder nas mãos de uma única classe, a classe dominante, é um requisito prévio indispensável para o funcionamento de qualquer sociedade de classes.

Naqueles países onde o movimento de massas atinge um desenvolvimento considerável e onde a capacidade repressiva da burguesia se encontra mais ou

menos paralisada devido à neutralização, ainda que parcial, da sua máquina policial-militar, surge para as massas a possibilidade e a necessidade objectivas de conquistar poderes directos de intervenção, que permitam **dar respostas imediatas aos novos problemas que se colocam**. A neutralização da máquina repressiva da burguesia é consequência da deterioração, em maior ou menor grau, do Estado burguês. **E é por isso mesmo que os problemas surgidos são geralmente de carácter anti-capitalista**. A sua resolução torna-se possível porque o nível de consciência das massas já atingiu a etapa da luta directa contra o sistema, ou porque o próprio processo de deterioração das velhas estruturas obriga a que a classe operária assuma imediatamente o papel director e ordenador de uma nova ordem social. Não são raras as vezes em que, por exemplo, um determinado grupo de operários se vê confrontado com a tarefa de dar continuidade ao processo produtivo, simplesmente para manter as suas fontes de trabalho e salários, devido às sabotagens ou mesmo à fuga dos patrões. Por outro lado, uma vez iniciado este processo de deterioração, as próprias massas passam a iniciativa e procuram levar as transformações sociais até às últimas conse-

quências. É dentro deste contexto que começa a tomada do poder nos próprios centros de produção.

(...) Como o Poder Popular coloca na ordem do dia, logo de início, o problema das bases do poder económico, é evidente que este processo, uma vez desencadeado, não pode ser absorvido pelo sistema nem institucionalizado. Trata-se de um facto revolucionário que implica perdas e ganhos de parcelas de poder económico e político.

Por essa razão o **desenvolvimento do Poder Popular constitui um dos mais fortes elementos de precipitação de uma crise revolucionária**. Como o fenómeno integra desde o início um sistema de dualidade de poderes, mas ao mesmo tempo se desenvolve dentro da tendência natural da sociedade, que requer a concentração do poder nas mãos de uma única classe, o desfecho de todo o processo deve ser mais ou menos rápido e termina fatalmente com o estabelecimento de uma ditadura de classe encabeçada pela classe social vitoriosa. (...)

Vemos então que tanto a conquista como a reconquista do poder só pode ser resolvida pela força e implica o estabelecimento de um período de ditadura, que durará o tempo que for necessário para a consoli-

dação do poder nas mãos da classe vitoriosa. Tal é o desfecho do processo desencadeado pelo Poder Popular e é por isto que afirmamos que ele representa um facto revolucionário que não pode ser absorvido nem institucionalizado pelo sistema.

Dissemos atrás que a dualidade de poderes só pode surgir como consequência de um forte movimento de massas e nos lugares onde a capacidade repressiva da classe dominante esteja mais ou menos paralisada, devido à deterioração do Estado burguês e à neutralização, ainda que parcial, da sua máquina policial e militar.

**Em qualquer circunstância em que o Poder Popular se desenvolva, a tendência geral é para que o fenómeno atinja também as Forças Armadas.**

(...) A revolução significa que há uma mudança de classe social no controlo do aparelho do Estado. Mas muito mais do que isso, significa que as estruturas da velha sociedade passam por um processo de destruição total e pelo surgimento de novas estruturas que determinarão um novo tipo de Estado. É nesse contexto que deve ser localizado o problema da estrutura das Forças Armadas. A quebra da sua disciplina e da hierarquia são factores fundamentais para que o desfecho do proces-

so seja uma verdadeira revolução.

O surgimento e a afirmação do Poder Popular passa, pois, pela divisão vertical e horizontal das Forças Armadas da burguesia. O exercício do poder numa sociedade dividida em classes, em qualquer proporção que se dê, é por si mesmo um acto de violência e como tal se baseia na força das armas.

(...) Por outro lado, o próprio surgimento do Poder Popular significa que a velha máquina militar já não funciona normalmente. A luta deve dar-se, então, não somente no sentido de organizar uma força militar paralela para combater o exército burguês, mas sim no sentido de **perspectivar politicamente a desintegração do exército burguês e coordenar os organismos de contestação das tropas com as organizações operárias de carácter revolucionário**.

São os conselhos de soldados que, representando de facto as suas unidades militares, possibilitam a coordenação necessária para levar adiante a insurreição.

(...) **Podemos dizer então, pelo menos no que se refere à parte que foi vista até agora, que um projecto político relacionado com o Poder Popular deve incidir sobre dois problemas básicos, quais sejam:**

a) Os organismos de massa criados nos lugares de produção poderão vir a constituir-se em importantes centros dinamizadores e coordenadores de uma dualidade de poderes que se afirme como tal no conjunto da sociedade. Se esses organismos exercerem um poder real e tiverem o controlo dos meios de produção, serão uma célula básica do novo poder revolucionário, tanto no período de luta contra o capitalismo como na etapa posterior de estruturação da nova ordem socialista. São esses organismos, enfim, que poderão levar o processo revolucionário até às últimas consequências, ou seja, até à implantação do socialismo.

b) Todo o exercício do poder deve basear-se mais na força das armas. A classe operária, ao criar organismos de Poder Popular, não pode passar por alto o problema da violência. Mas as organizações militares que se coordenarão com o poder proletário devem basear-se mais nas possibilidades de divisão e utilização de partes cada vez mais consideráveis do exército da burguesia do que na criação de exércitos paralelos ou milícias operárias. O que não quer dizer, como já afirmámos anteriormente, que essas milícias não possam cumprir determinados papéis em situações concretas.

## LENINE:

### O que é a dualidade de poder?

O problema fundamental de qualquer revolução é o problema do Poder. Enquanto este problema não estiver completamente esclarecido não poderemos desempenhar conscientemente o nosso papel na revolução, e muito menos dirigi-la.

A nossa revolução possui algo de absolutamente original: ela criou uma dualidade de poderes. É um facto de cuja importância nos devemos aperceber, pois é impossível caminhar em frente sem o ter compreendido.

Em que consiste a dualidade de poder? Nisto: ao lado do Governo Provisório, do governo da burguesia, formou-se um outro governo, ainda frágil, embrionário, mas que possui uma existência real, incontestável, e em desenvolvimento: são os soviets de deputados operários e soldados.

Ora, este outro governo é o único governo revolucionário possível, o único que exprime directamente a consciência e a vontade da maioria de operários, soldados e camponeses.

(...) A dualidade do Poder subsiste. A questão central de qualquer revolução, a questão do Poder, está em suspenso, numa situação instável, manifestamente transitória.

Não há outra saída: ou o regresso ao poder completo e todo-poderoso dos capitalistas, ou marchar em frente para a democracia real, na qual a maioria decide: a democracia proletária: A actual dualidade de poderes não pode durar muito tempo.



O Soviete de Petrógrado em sessão (1917)

# RASP — até à vitória final!

**Camaradas, soldados, sargentos e oficiais revolucionários:**

Terminou uma fase da luta do RASP/CICAP. **Mas a luta não terminou.**

Os soldados de todo o País devem poder dispor de todos os elementos para avançarem com mais força, sempre mais longe e sempre por caminhos mais seguros até à vitória final, a vitória dos explorados e oprimidos sobre os explorados e opressores, até à vitória do socialismo!

Por tudo isto e por acharmos um instrumento de trabalho precioso para todos os revolucionários, publicamos o último documento da Comissão de Luta dos ocupantes do RASP.

**Camaradas:**

Para avançar na luta, temos de ver claramente o caminho percorrido, os passos em frente que demos, assim como os erros que cometemos.

Para avançar na luta temos de saber retirar as lições que a luta nos deu: a de que não há vitória se não nos organizarmos e se a todo o momento não multiplicamos a ligação entre nós, soldados organizados e o povo trabalhador organizado nas fábricas, nas empresas, nos bairros e nos campos.

Os dias que passámos no RASP mostraram claramente que os muros dos quartéis da burguesia foram construídos para isolar os trabalhadores fardados dos seus irmãos de classe civis, para tentar transformar os soldados em carneiros obedientes às ordens de repressão sobre os trabalhadores.

Nós no RASP, camaradas, pusemos por terra esses muros, reforçámos a unidade com as massas

populares, aprendemos uma nova disciplina, vimos que assim como nas fábricas os patrões não são precisos também nos quartéis passamos bem sem os patrões-comandos que nos são impostos como chefes sem ser ouvida a nossa vontade e sem sermos nós a ordenar o que mais nos convém.

Nós, camaradas, **saimos do RASP com as armas mais seguramente viradas contra os exploradores, os reaccionários.**

Se cada um de nós que esteve no RASP guardar só para si aquilo que aprendeu, é como pôr uma semente numa gaveta: ela seca e perde-se. Temos o dever revolucionário de transmitir aos nossos camaradas os ricos ensinamentos de luta e mostrar-lhes os erros que cometemos para não mais voltarem a ser cometidos.

Os dois erros principais foram o de não termos dado a devida atenção à ligação com os nossos camaradas nos quartéis da Região Militar e o de termos saído do RASP de uma forma desorganizada.

Não demos o devido combate às calúnias e mentiras que os oficiais reaccionários difundiam nos quartéis; e não acelerámos, como devíamos, a formação de comités de apoio à luta em todos os quartéis, que teriam sido a grande garantia de que as manobras reaccionárias seriam desmascaradas e reduzidas ao ridículo.

Quanto à saída do RASP, o plenário entendeu que, após a vinda do gen. Fabião, se impunham novas formas de luta. A Comissão de Luta entende que, no fundamental, a decisão foi correcta, só que devíamos ter saído de uma forma organizada, isto é, devia-se ter constituído um comité por cada quartel que tinha camaradas no RASP. Nós auto-criticamos-nos de não termos avançado no momento próprio esta proposta.

**Camaradas:**

O plenário marcado para a passada sexta-feira não teve a presença de soldados que seria normal devido às manobras dos comandos reaccionários que, além de terem intimidado e tentado dividir os soldados, puseram na rua um grande aparato de armamento.

O não se ter realizado o plenário em condições normais não foi uma vitória dos lacaios da burguesia

nos quartéis. Foi uma prova da sua fraqueza ao ter mostrado que já não podem mascarar-se de democratas ou socialistas porque as suas armas são claramente à repressão, a intimidação e a chantagem. Nós ficámos a conhecer melhor o nosso inimigo, ficámos por isso em condições de melhor o combater.

**Camaradas:**

Os nossos objectivos ainda não foram integralmente cumpridos: os camaradas do CICAP foram divididos por dois quartéis e foram aplicadas sanções sobre alguns de nós. Por isso a luta continua.

Mas ela continua necessariamente ligada à resposta que os soldados têm que dar a todas as medidas da burguesia para restaurar no seu todo as Forças Armadas como agente de repressão sobre as massas populares, primeiro passo para depois reprimir as organizações populares e instaurar um regime de ditadura sobre as classes trabalhadoras.

**A luta CICAP/RASP continua intimamente ligada à luta contra o AMI, corpo mercenário a que recorre a burguesia face ao seu desespero em não conseguir que os soldados virem as armas contra o povo.**

**A luta CICAP/RASP continua intimamente ligada à luta contra a profissionalização do exército, concretamente contra as medidas de passagem à disponibilidade de milhares e milhares de militares.**

**Camaradas:**

A partir do momento que saímos do RASP o terreno de luta passou a ser os quartéis. É aí que a luta tem de ser desenvolvida. É aí que os camaradas têm de se organizar e decidir a melhor forma de responder às manobras dos oficiais reaccionários. É aí que se tem de dar combate às tentativas de divisão dos soldados, como foi o caso da realização de plenários promovida na RCP e em Espinho para aprovar as licenças registadas, de dar combate às medidas de repressão e ao ataque ao direito de reunião de soldados nos quartéis.

O exemplo a seguir é o dos soldados do RIP que já constituíram um comité de luta dos soldados de Espinho que exigiram a reintegração de um camarada a quem tinha sido passada licença registada, e dos camaradas do RASP e dos trabalhadores de Gaia que têm reforçado os laços entre eles tendo constituído mesmo um secretariado de apoio à luta.

O exemplo a seguir é a constituição de comissões de soldados já avançada em alguns quartéis.

**Camaradas:**

— Considerando que o combate se desenvolve fundamentalmente nos quartéis;

— Considerando que a realização de plenários dentro dos vários quartéis sem ser desenvolvida a organização em cada quartel não conduz para o avanço da luta;

— E considerando que a Comissão de Luta não pode daqui em diante prosseguir as tarefas de direcção dado que não foi feita na base de um programa que vincule todos os seus elementos.

A Comissão de Luta entende que não deve continuar na direcção da luta, competindo aos camaradas nos vários quartéis e às organizações antimilitaristas prosseguir o combate.

**Camaradas:** o futuro dos trabalhadores em Portugal passa pela vitória neste combate decisivo para não nos porem a nós, soldados, a virar as armas contra o povo.

Nós, soldados, só temos um caminho a seguir é organizarmo-nos, unirmo-nos às massas populares, e marchar vitoriosamente na destruição da exploração capitalista dentro e fora dos quartéis e avançarmos na construção do socialismo.

**EM FRENTE COM A LUTA DENTRO DOS QUARTÉIS!**

**OPERÁRIOS CAMPONESES SOLDADOS MARINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS!**

**SOLDADOS SEMPRE SEMPRE AO LADO DO POVO!**

